

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e três, nesta Vila de Coruche, Paços do
Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária,
cuja Mesa era composta pelo seu Presidente Luisa Pinheiro Portugal pelo Primeiro Secretário
José João Henriques Coelho e pelo Segundo Secretário Isabel Maria Bernardina Ferreira (Partido
Socialista)
Verificou-se a presença dos seguintes Vogais: Filipe Claro Justino, Nelson Fernando Nu-
nes Galvão, Nuno Miguel Smith Pires Mendes, António Gomes de Jesus, José Dionísio (Partido
Socialista), Fernando Aníbal Serafim, António da Silva Teles, Armando Rodrigues, Osvaldo
Manuel Santos Ferreira, Joaquim Silva Lopes Nunes, Célia Maria Azevedo Reis, Manuel Santos
Coelho, Rui Manuel Borlinhas Afeiteira (Coligação Democrática Unitária), Francisco Dias Cor-
tez Ferreira, Maria de Fátima Franco Elvas Ferreira Bento, Francisco Artur Gomes Gaspar (Par-
tido Social Democrata), Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia
de Biscainho - Coligação Democrática Unitária), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da
Junta de Freguesia de Branca - Coligação Democrática Unitária), Mário Alberto Bruno Portela
Freitas Boieiro (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche - Partido Socialista), Diamantino
Marques Ramalho (Presidente da Junta de Freguesia de Couço - Coligação Democrática Unitá-
ria), Romualdo António Castelo Boiça (Presidente da Junta de Freguesia de Erra - Coligação
Democrática Unitária), Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia de Fa-
jarda - Coligação Democrática Unitária) e António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Fre-
guesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista)
Não estavam presentes os seguintes Vogais: Sandi José Sesmaria Borda D'Água (Partido
Socialista), Ilda Maria Ferreira Marques Neves (Coligação Democrática Unitária) e Joaquim
Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista)
Verificado o quorum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão às vinte e uma
horas e dez minutos, com a seguinte Ordem do Dia:
Ponto Um - Relatório de Actividades de Dois Mil e Dois
Ponto Dois - Conta de Gerência de Dois Mil e Dois
Ponto Três - I Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de Dois Mil e Três
Ponto Quatro - I Revisão ao Orçamento de Dois Mil e Três
Ponto Cinco - Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia
Ponto Seis - Desafectação do Domínio Público de Uma Parcela de Terreno na Erra
Ponto Sete - Projecto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação
Ponto Oito - Projecto de Regulamento das Creches Municipais
Ponto Nove - Estatuto do Direito de Oposição - Avaliação do Seu Cumprimento
Ponto Dez - Actividade e Situação Financeira do Município

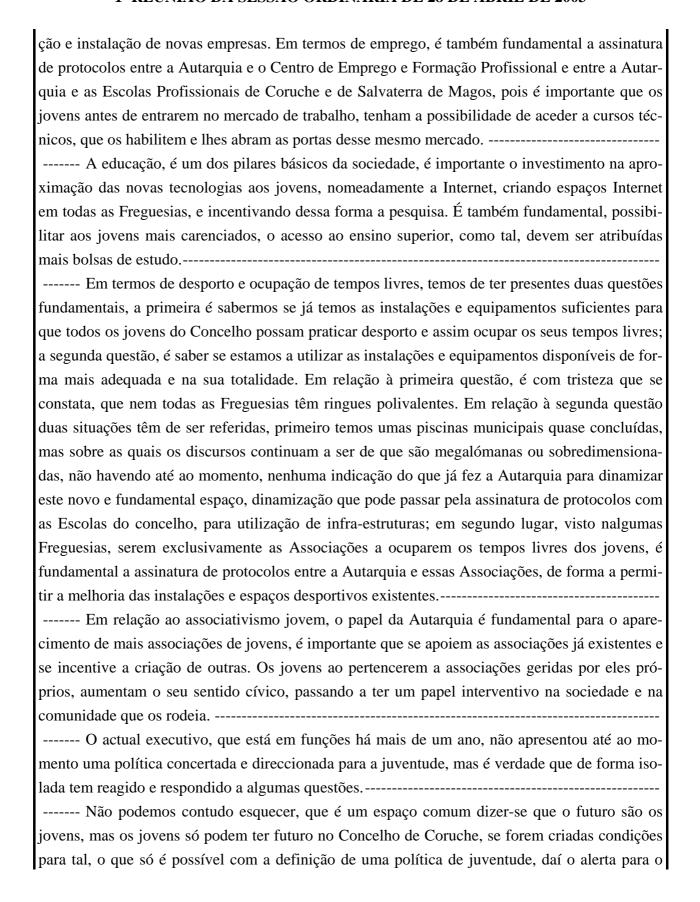


Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereado-
res Joaquim Filipe Coelho Serrão, Júlio Jorge de Miranda Arrais e Valter Manuel Barroso
A Presidente da Assembleia começou por cumprimentar os Vogais pela passagem de
mais um dia 25 de Abril, sendo uma ocasião de espírito de solidariedade e transparência
Seguidamente deu conhecimento da correspondência, com o registo número quarenta e
três a cento e doze, cujo mapa descritivo foi distribuído a todos os Vogais, pedindo dispensa para
a sua leitura, encontrando-se a mesma disponível para consulta
O Vogal Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária) referiu que, dado não ter
havido por parte da Presidente da Assembleia uma referência sobre a Acta da ultima Sessão, gos-
taria de fazer uma crítica à Mesa da Assembleia, porque se vem tornando habitual a não aprova-
ção das Actas atempadamente. Apelou que se providenciasse para no futuro não se vir a repetir
esta situação. Admitiu que, por dificuldade de força maior, possa acontecer a ausência da Acta,
mas tornar-se habitual não é aceitável. Face ao Regimento, continuando tal procedimento, o Gru-
po Municipal da Coligação Democrática Unitária pode a qualquer momento propor a substitui-
ção da Mesa da Assembleia, se não assumir as suas responsabilidades
A Presidente da Assembleia aceitou a crítica feita à Mesa e referiu que se está a envere-
dar esforços para que seja possível as Actas serem elaboradas atempadamente e submetidas a
aprovação na Sessão seguinte. Informou que não foi possível concluir a Acta da Sessão anterior,
pelo que não está presente para aprovação
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
A Vogal Célia Reis (Coligação Democrática Unitária) apresentou em nome do seu Grupo
Municipal a SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL E 1º DE MAIO que a seguir se transcreve:
"Os portugueses comemoraram o 29° aniversário do dia 25 de Abril de 1974, que pôs fim
a quarenta e oito anos de fascismo e a treze anos de guerra colonial
Quando com alegria e emoção vivemos o primeiro dia de liberdade tínhamos confiança e
acreditávamos que era possível construir uma sociedade mais justa e mais fraterna com plena
justiça social e a garantia dos mais elementares direitos, ao trabalho, saúde, ensino e habita-
ção, etc
Uma sociedade solidária, onde os nossos recursos económicos e sociais seriam um motor
do desenvolvimento sustentado do País
Saudemos pois o 25 de Abril e todos aqueles que lutam e acreditam na prossecução dos
ideais de Abril em democracia e liberdade
A experiência e a vivência em Portugal ao longo destes 29 anos demonstram-nos que as
conquistas alcançadas e a transformação de uma sociedade (na procura de melhores condições de



acreditar que é possível uma sociedade melhor e mais justa
Hoje, em que a chamada "Globalização da Economia" é uma ameaça aos direitos já
adquiridos pelos trabalhadores e a crise económica que paira sobre vastos sectores de actividade
associada à política de direita deste governo mais sentido faz continuar a comemorar e valorizar
o dia 1° de Maio como símbolo da luta universal dos trabalhadores
Por tudo isto saudemos o 1º de Maio, os trabalhadores e o movimento sindical como ga-
rantia de defesa e criação de melhores leis laborais, por uma vida mais digna e com mais direitos
constitucionalmente consagradas para todos
Viva o 25 de Abril
Viva o 1° de Maio."
A partir deste momento a Vogal Ilda Maria Ferreira Marques Neves (Coligação
Democrática Unitária) passou a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e vinte
minutos
O Vogal Francisco Gaspar (Partido Social Democrata) apresentou em nome do seu Grupo
Municipal a MOÇÃO "UMA POLÍTICA DE JUVENTUDE PARA O CONCELHO DE
CORUCHE" que a seguir se transcreve:
"Não existe actualmente no Concelho de Coruche uma política concerta e direccionada
para os jovens, é verdade que a Autarquia apoia as Associações de Jovens, mas temos que exigir
mais que isso
Claramente, tem de ser definidas áreas de intervenção, onde se exigem medidas, em áreas
como a habitação, o emprego, a educação, o desporto e ocupação de tempos livres, o associati-
vismo jovem
Em relação à habitação, é fundamental a construção de habitação social, em primeiro lu-
gar como forma de fixar os jovens no Concelho, pois neste momento nos Concelhos limítrofes o
acesso à primeira habitação está bastante mais facilitado, a oferta é maior e os preços são bastan-
te inferiores aos praticados em Coruche; em segundo lugar, o direito à habitação, é um direito
constitucionalmente previsto e independente das posses monetárias de cada um
O emprego, tem de ser uma das prioridades da Autarquia, o período económico/social
que actualmente o nosso país atravessa, originado por uma gestão desastrosa do país, levada a
cabo durante seis anos, pelos Governos Socialistas, é claramente desfavorável, sobretudo para os
jovens que agora chegam ao mercado de trabalho, e que começam a procurar o primeiro empre-
go, o aumento da oferta de emprego, só é uma realidade, se se conseguirem criar condições para
a instalação de novas empresas, o que está dependente da concretização do tão falado Parque de
Negócios, do alargamento da Zona Industrial do Monte da Barca, da criação efectiva de uma
Zona Industrial no Couço, e da implementação de uma política concertada de incentivos à cria-







actual executivo, que ainda tem cerca de três anos, para definir uma estratégia e não perder o
futuro."
A partir deste momento os Vogais Sandi José Sesmaria Borda D'Água e Joaquim
Gonçalves Banha (Partido Socialista) passaram a participar nos trabalhos, sendo vinte e
uma horas e trinta minutos)
O Vogal Mário Boieiro (Partido Socialista), apresentou em nome do seu Grupo Munici-
pal, a SAUDAÇÃO que a seguir se transcreve:
"O Grupo Municipal do Partido Socialista não poderia de deixar de saudar os dias 25 de
Abril e 1º de Maio
Duas datas de significante importância e relevância no calendário histórico deste pequeno
país à beira-mar plantado
A primeira, sem dúvida a mais pujante no seu conteúdo, aquela mais nos toca no intimo
do ideal da Liberdade
Por tudo aquilo que trouxe de novo e positivo à sociedade portuguesa; por tudo aquilo
que levou do expecto negativo que ao tempo pairava no ar, qual névoa putrefacta de uma vivên-
cia sem viver
Porque alguém sob finalmente dizer não, basta; porque tais palavras conseguiram crista-
lizar e unificar os gritos abafados e subjugados que das gargantas secas se soltaram, qual enxur-
rada que percorre os campos áridos de vida, dolorida e sem nexo
Mas importa, acima de tudo, fazer passar a mensagem de Abril, aquela que agora se lê
nas entrelinhas, decorridos que foram estes já longos 29 anos, sem qualquer pretensão que não
seja a de transmitir às novas gerações, e às vindouras, que um dia, à semelhança de outros tantos
que a nossa riquíssima história contempla, homens houve que apesar de vir de armas nas mãos,
souberam usar do dom da palavra para fazer chegar bem alto a palavra Liberdade
A segunda, tendo em conta o panorama mundial, cada vez mais actual
Porém, o direito ao trabalho, constitucionalmente consagrado, quase se torna utópico na
sua aplicabilidade
A falta de personalização nas relações laborais, a precariedade do emprego, a galopante
evolução das novas tecnologias e a já muito debatida globalização, levam-nos a repensar os prin-
cípios e ideais subjacentes à consagração deste dia
Conclui-se esta Saudação conjunta com um convite à reflexão sobre o significado destas
datas, certos da imperiosa necessidade de se canalizar esforços na formação cívica, moral e na
informação objectiva, por forma a que estas "efemérides", repita-se, de relevante importância
para esta nossa sociedade, não passem só, triste e nostalgicamente a constar como simples dias
feriados, inócuos de significado, o que parece já ser tipicamente do luso gosto



E para isso, para manter acesa a chama destes ideais, continuemos a gritar alto e em bom
som, sem qualquer temor ou constrangimento
Viva o 25 de Abril, Viva o 1º de Maio."
O Vogal Filipe Justino (Partido Socialista) apresentou em nome do seu Grupo Municipal,
a MOÇÃO que a seguir se transcreve:
"A Assembleia Municipal de Coruche, reunida em Sessão Ordinária no dia 28 de Abril
de 2003, manifesta a sua indignação pelos atentados aos direitos humanos ocorridos nos últimos
tempos
No Iraque, as propagadas armas de destruição maciça, até agora não encontradas, trans-
formaram-se na destruição dos princípios éticos de um povo milenar, com rica história de uma
das mais antigas civilizações, a "mesopotâmia"
A liberdade prometida por Georges W. Bush resume-se, por enquanto, à liberdade de
roubar tudo o que esteja à mão de semear, nomeadamente o Museu de Bagdad, os Arquivos, a
Biblioteca e os Ministérios, à excepção do ministério do petróleo, claro está
Como se pode querer ajudar o Iraque a libertar-se da ditadura de Saddam, quando, ao
mesmo tempo, se permite que seja destruída a sua identidade. O resultado disto é o desapareci-
mento, talvez para sempre, de documentos arqueológicos e outros que estavam à guarda do Ira-
que, mas que eram património mundial
No outro lado do mundo, bem perto das barbas do Senhor Bush, castram-se em Cuba os
direitos fundamentais da liberdade de pensamento, condenando à morte pessoas que escolheram
para si e para os seus outros ideais e meios de vida diferente, o que lhes é importo coercivamente
por um regime ditatorial
Para onde caminhamos quando a força dos mais fortes se impõe à dignidade e liberdade
dos mais fracos, ignorando os princípios básicos dos direitos humanos?
Nós não caminhamos por aí."
O Vogal Nelson Galvão (Partido Socialista) apresentou em nome do seu Grupo Munici-
pal, a MOÇÃO "TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO" que a seguir se
transcreve:
"1 - Os ecos da proposta de Lei do actual Governo PSD/CDS-PP para a Tributação do
Património Imobiliário que será votada e discutida no Parlamento na próxima Terça-feira, come-
çam a fazer-se ouvir
2 - Com eles, ouvem-se, também, as primeiras vozes preocupadas e de alerta dos
Autarcas
3 - No que respeita à Tributação do Património Imobiliário, no que directamente às Au-
tarquias diz respeito, a actual Contribuição Autárquica (CA) será substituída pelo Imposto Muni-



cipal sobre Imóveis, enquanto a Sisa dará lugar ao Imposto Municipal sobre Transmissões
4 - Todos estamos conscientes da necessidade de reforma das actuais regras da Tributa
ção do Património Imobiliário que têm conduzido a injustiças e desproporcionalidades preocu-
pantes
5 - Contudo, e apesar das mudanças que se exigem, não podemos deixar de expressa
preocupação face às última notícias que apontam para uma implementação parcial da nova
reforma, nomeadamente, com a redução imediata das taxas de Sisa já no ano de 2003 (10%)
para 6%)
6 - A implementação parcial da reforma, como instrumento de correcção dos efeitos que
se fazem sentir nos mercados de construção civil e de habitação, resultado de uma divulgação
precipitada das intenções governamentais, não é uma boa política e trará, certamente, uma que
bra significativa de uma importante receita municipal
7 - Torna-se, assim, imperioso que o actual Governo, caso pretenda implementar a refor-
ma de imediato, e nos termos vindos a público, a acompanhe de medidas que permitam contraba
lançar a quebra de receitas de Sisa com que os Municípios se irão deparar
8 - Uma quebra das receitas de Sisa no corrente ano de 2003, acompanhada das restantes
medidas discriminatórias que este Governo impôs às Autarquias Locais, traduzir-se-á em mais
um rude golpe nas suas aspirações, colocando em causa compromissos assumidos, bem como a
realização de obras previstas
9 - Apesar das últimas notícias vindas a público e que dão conta da possível introdução
de uma adenda à proposta de Lei, que permita corrigir as quebras de receitas, não podemos
esconder a preocupação que nos assola enquanto autarcas."
O Vogal Nuno Mendes (Partido Socialista) apresentou em nome do seu Grupo Munici-
pal, a SAUDAÇÃO que a seguir se transcreve:
"No dia 19 do corrente, passaram 30 anos sobre a fundação do Partido Socialista em Ba-
den-Baden, na Alemanha
Para assinalar esta data, o Grupo Socialista da Assembleia Municipal de Coruche saúda e
lembra os fundadores tais como Mário Soares, Primeiro Secretário e Manuel de Tito Morais
Presidente, entre outros homens e mulheres que transformaram o movimento de Acção Socialista
em partido
Depois do 25 de Abril, Mário Soares, Vitor Constâncio, Jorge Sampaio, António Guter-
res e, agora, Ferro Rodrigues estiveram sempre na primeira linha da construção dos alicerces da
nossa jovem democracia e continuam, hoje, no aperfeiçoamento do edifício democrático
O Partido Socialista esteve sempre na vanguarda dos grandes combates políticos que
ocorreram depois da Revolução dos Cravos



Este partido lutou contra o fantasma da guerra civil, no verão quente de 1975, e depois
contra a ameaça de totalitarismos quer de esquerda, quer de direita
O P.S. foi o motor na preparação e adesão de Portugal à C.E.E., em 1986
Os princípios que nos regeram desde a primeira hora são hoje, mais do que nunca, fun-
damentais para o Portugal moderno que todos queremos ter
Liberdade, solidariedade, igualdade de direitos e deveres, defesa dos oprimidos são prin-
cípios que não abdicaremos e que defenderemos intransigentemente."
O Vogal Manuel Coelho (Coligação Democrática Unitária) apresentou em nome do seu
Grupo Municipal, a MOÇÃO que a seguir se transcreve:
"Considerando que:
1 - Os Estados Unidos da América indiferentes à opinião pública mundial e ignorando
todos os apelos à Paz avançaram para a guerra contra o Iraque deixando à sua passagem um rasto
de morte, de destruição e de caos a que não podemos ficar alheios;
2 - O Povo Iraquiano depois sofrer a opressão da ditadura passa agora pela humilhação da
ocupação de uma potência estrangeira que violou todos os preceitos do direito internacional;
3 - Os Estados Unidos da América estão muito mais preocupados com o petróleo do Ira-
que e deixam para segundo plano a prestação de auxílio às vítimas da guerra deixando assim
bem clara qual é a sua interpretação dos direitos humanos que tanto dizem defender
A Assembleia Municipal de Coruche reunida em 28 de Abril de 2003 delibera:
1 - Lamentar profundamente a perda de vidas humanas ocasionadas por este conflito que
poderia e deveria ser evitado e que provocou a dor a milhares de famílias;
2 - Condenar a agressão ao Povo Iraquiano levada a cabo pelos Estados Unidos e seus
aliados;
3 - Manifestar o seu repúdio pelo "desleixo" dos ocupantes que permitiram que o caos se
instalasse dando origem a todo o tipo de devassa com perdas irrecuperáveis de patrimónios;
4 - Apelar às instâncias internacionais para que conjuguem esforços no sentido de termi-
nar rapidamente a ocupação do Iraque e permitir aos Iraquianos que sejam eles a decidir o seu
futuro."
Seguidamente a Presidente da Assembleia colocou à discussão as quatro Moções apre-
sentadas
O Vogal Fernando Aníbal Serafim (Coligação Democrática Unitária) sugeriu que fosse
dada uma ordem aos documentos em discussão
A Presidente da Assembleia referiu que estão em discussão quatro Moções com temas
diferentes e os trinta minutos que restam do Período de Antes da Ordem do Dia não irão chegar
para se discutir uma a uma, pelo que cada Grupo Municipal deve escolher quem vai intervir



O Vogal Joaquim Banha (Partido Socialista), na qualidade de Presidente da Junta de Fre-
guesia de Santana do Mato, alertou para a situação da delimitação geográfica do Concelho, em
termos de divisão das Freguesias, concretamente da Freguesia de Coruche, Couço, Fajarda e
Santana do Mato. Considerou ser um assunto importante a debater, dado que estas questões são
estudadas nos gabinetes, mas por vezes é necessária uma deslocação aos respectivos locais.
Aquando da criação das novas Freguesias, o método não foi o mais correcto, daí que, ao longo
deste tempo, em conversação com os outros Presidentes das Juntas de Freguesia, chegaram ao
entendimento que é necessário efectuar algumas alterações
Realçou algumas das situações menos correctas em relação à Freguesia de Santana do
Mato, tais como as primeiras casas da localidade e a situação da Ribeira do Divor
Sugeriu que houvesse um acompanhamento por parte da Câmara e da Assembleia Muni-
cipal no desenvolvimento de todo este processo, no sentido de se apresentar na Assembleia da
República proposta de alteração em relação à delimitação geográfica destas quatro Freguesias
O Vogal Ilídio Serrador (Coligação Democrática Unitária) referiu que em relação à Fre-
guesia da Fajarda, a situação é idêntica, dado que uma grande parte do Monte da Fajarda, o qual
deu o nome à Freguesia, pertence à Freguesia de Coruche e dista cerca de duzentos metros da
Freguesia da Fajarda, o que não faz sentido, bem como uma habitação que faz parte da Freguesia
da Fajarda e situa-se nas proximidades de Coruche
Informou que, após conversação com os outros Presidentes das Juntas de Freguesia, apre-
sentou o assunto em reunião da Junta de Freguesia, estando o processo a dar os seus primeiros
passos
Referiu que as quatro Juntas de Freguesia estão de acordo que se façam algumas altera-
ções quanto à delimitação geográfica, tendo sugerido que houvesse da parte da Câmara e da
Assembleia Municipal uma ajuda para o desenvolvimento do respectivo processo
A Presidente da Assembleia referiu que este assunto é interessante e deve ser agendado
numa futura Sessão
Lembrou que, para uma eventual proposta de alteração da delimitação geográfica das
Freguesias, os argumentos têm de ser mais substanciais, não basta apenas a existências de casas
no limite das Freguesias. A Assembleia gostaria de ver propostas mais concretas para as analisar
em conjunto com a Câmara e as quatro Freguesias em causa. Sugeriu que fosse efectuada uma
discussão por grupos mais pequenos para apresentação de uma proposta definitiva
O Vogal Mário Boieiro (Partido Socialista) referiu que, neste momento, é apenas um
ponto de partida para o processo, havendo necessidade de deliberação por parte das Juntas e
Assembleias de Freguesia, só mais tarde será solicitado apoio técnico à Câmara, se for intenção
de dar seguimento ao processo para a Assembleia da República





sobre "Uma Política de Juventude para o Concelho de Coruche" vem um pouco a despropósito a
sua apresentação nesta Assembleia, porque era suposto que o Partido Social Democrata e o Par-
tido Socialista, que partilham a maioria do executivo municipal, concertassem posições e deli-
neassem políticas municipais para o Concelho, no entanto, não é isso que se constata, pelo que
registou como curioso a apresentação desta Moção por parte do Partido Social Democrata, sendo
uma crítica cerrada ao executivo municipal
Sublinhou que no momento oportuno da discussão das políticas municipais, ou seja,
quando se discutiu o Plano Plurianual de Investimento e o Orçamento, o Partido Social Demo-
crata não só votou favoravelmente como elogiou os documentos apresentados
Lembrou que, em dois mil e um, foi aprovado, por unanimidade, o Regulamento que pre-
vê a constituição do Conselho Municipal da Juventude, estando-se a aguardar que a Câmara
tome medidas para a sua implementação, sendo o local próprio para a discussão das políticas de
juventude, no qual os jovens têm assento
A Presidente da Assembleia referiu que embora possa parecer que há assuntos mais pró-
ximos e outros mais distantes ou mais remotos em relação ao Concelho de Coruche, no seu en-
tendimento assim não pode ser considerado
"No mundo de hoje, em que a política, a economia e os fenómenos sociais estão globali-
zados, deixa de haver problemas locais para passar a ser necessário estar atento ao impacto de
fenómenos aparentemente distantes possam vir a ter no nosso quotidiano
E principalmente quando estamos a falar de atropelos aos direitos humanos e aos símbo-
los culturais dos povos, por razões mal explicadas e com desenvolvimentos que nos deixam a
todos apreensivos como é o caso da Guerra no Iraque. Quando a preocupação de defesa por parte
do invasor é apenas a segurança de um ministério, que por acaso é o do petróleo em desfavor de
um património mundial, por exemplo, como era o Museu de Bagdad, todos ficamos perflexos
com as imagens e com o concreto do que nos entra pelas notícias e que perante as quais temos
que mostrar indignaçãoque mostrar indignação
Mesmo o que se passa aparentemente longe, vai influenciar a nossa imagem do mundo
enquanto pessoas solidárias que somos com um mundo livre em que os povos possam escolher
os seus caminhos
Quanto às questões relacionadas com a tributação sobre o património, só, mais uma vez,
parece um assunto que não irá ter de imediato consequências para a Autarquia de Coruche,
temos que ser capazes de ver um pouco mais longe que os reflexos directos. Não é admissível,
nem que seja em termos políticos que a meio de um ano de execução autárquica, com Planos e
Orçamentos discutidos e aprovados se alterem as regras do jogo financeiro
Apesar de se anunciarem compensações, temos que estar atentos porque medidas anun-



ciadas e não concretizadas, não servem para nada no concreto a não ser para parar os protestos
legítimos
Falar na política de juventude no Concelho de Coruche parece-me sempre importante.
Pretendemos que os jovens se fixem, que se tornem produtivos e que ajudem o Concelho a
crescer
Há que lhe dar condições, pois temos que racionalizar que se é um problema estruturante
para o Concelho, em muito pouco depende directamente das Autarquias Locais
O desemprego é um problema preocupante e mais ainda quando aumenta nos jovens em
geral e nos licenciados em particular
Assistimos hoje a uma mudança no perfil do desempregado, que não tínhamos há um
ano, e que deve ser motivo de preocupação para todos
Culpar o Governo anterior pode ser um argumento político, embora já gasto de tanto usa-
do, mas não ajuda a avançar soluções para que o problema não progrida."
O Vogal Filipe Justino (Partido Socialista) referiu que a alteração da Lei sobre a Tributa-
ção do Património Imobiliário, a meio do ano, é uma prenda do primeiro aniversário do
Governo
Relativamente à Moção "Uma Política de Juventude para o Concelho de Coruche" afir-
mou que foi a mesma apresentada por um jovem, no entanto, fica a ideia que é de um jovem nas-
cido antigamente, esquecendo-se que a juventude do Concelho de Coruche não é dissociada da
política da juventude deste país. Lembrou que não se denuncia o corte do crédito à habitação bo-
nificado aos jovens, nem o aumento das propinas, que são preocupações dos jovens de Portugal e
também do Concelho de Coruche
O Vogal Osvaldo Ferreira (Coligação Democrática Unitária), referiu que ainda não per-
deu a esperança de chegar ao fim do mandato do actual Governo e continuar a ouvir "herdamos
uma governação desastrosa", no primeiro ano havia o benefício da dúvida, mas estando a cami-
nho do segundo ano, as desculpas continuam a ser sempre as mesmas relativamente à política da
juventude, educação e saúdejuventude, educação e saúde
Salientou que deve haver algum cuidado com este tipo de Moções e começar-se a olhar
mais para os actos de governação
O Vogal Joaquim Banha (Partido Socialista) afirmou estar de acordo com as Saudações
ao 25 de Abril e 1º de Maio, porque só quem não se recorda o que era antes a política é que não
pode sentir esta realidade
Quanto à Moção "Uma Política da Juventude para o Concelho de Coruche", referiu que
há uma certa preocupação com a juventude, no entanto, quando se solicita que a Câmara procure
ter uma política mais virada para a juventude, colocando as culpas face às políticas de seis anos



ACTA Nº 2/2003 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2003

do Governo do Partido Socialista, mas esquecendo aquilo que o actual Governo do Partido Social Democrata já fez num ano, para não falar nos outros doze anos, concretamente, o não cumprimento da Lei das Finanças Locais e também a delimitação em termos de financiamentos, não sendo possível à Câmara concorrer a projectos virados para o apoio à juventude, como habitação e outros. Lamentou que o Vogal Francisco Gaspar não tivesse tido em atenção estas situações, dado que a política da juventude não passa por um espaço que é só do Concelho de Coruche, mas de uma política nacional. Está de acordo com este tipo de Moções mas a nível nacional, porque é o Governo que tem de responder a estas situações e não o tem feito. ----------- O Vogal Francisco Gaspar (Partido Social Democrata) esclareceu que tendo o actual executivo municipal um ano e pouco de funções, é a altura certa para se efectuar algumas alterações, contudo, apenas levantou alguns problemas que são colocados nas deslocações pelo Concelho e através de contactos com algumas Associações e jovens e não apresentou nenhuns problemas que não tentasse conjuntamente identificar respostas possíveis para os mesmos. ----------- Referiu não aceitar que um Vogal desta Assembleia queira limitar as funções de outros Vogais, não permitindo que os assuntos que preocupam os Coruchenses, sejam debatidos nos momentos que os Vogais julguem serem os mais convenientes. Em sua opinião, a Assembleia Municipal é o local próprio para se discutir os problemas do Concelho de Coruche, independentemente, de se apreciar ou votar o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento, e não se pode enfiar a cabeça na areia só porque o Vogal Armando Rodrigues está contente da vida e anda neste momento à "caça das bruxas", apenas pretendeu identificar problemas e apresentar ----- Em relação aos comentários da Presidente da Assembleia, afirmou que, existem círculos na economia e um círculo económico não começa num determinado ano sem qualquer influência anterior, começa num certo período e vai evoluindo, não está limitado a partir de uma determinada data, não se pode dizer que estamos em Março e começa um círculo negativo para o país, ou se o Governo do Partido Social Democrata sair amanhã que o círculo negativo acabou e que se vai voltar ao momento da conjuntura favorável, não é assim, os círculos começam a crescer, há uma influência, os problemas vão crescendo, ou seja, o chamado efeito de "bola de neve". portanto há sempre uma influência da conjuntura anterior. ----------- Relativamente às afirmações do Vogal Filipe Justino, sublinhou que não tem um discurso do Velho do Restelo, apenas se limitou a fazer eco nesta Assembleia Municipal do que são as preocupações dos jovens do nosso Concelho. Referiu que não denunciou o fim do crédito à habitação bonificado e o aumento das propinas, porque estando no órgão Assembleia Municipal de Coruche o mais que pode é tentar influenciar o Presidente da Câmara sobre as políticas para os jovens do Concelho, não compreendendo qual era a vantagem de denunciar estes assuntos, pensa



transferido para o Concelho de Coruche só em dois mil e dois mais dez por cento que o anterio Governo transferiu no ano de dois e um	que não iria melhorar o bem estar dos jovens de Coruche
Governo transferiu no ano de dois e um	Quanto às limitações que o actual Governo conferiu às Autarquias, lembrou que, foi
"Tributação do Património Imobiliário", quem trabalha nesta área, sabe bem que a questão não se prende directamente com a tributação do património, continua o eterno problema, é necessária coragem política para se colocar em prática o novo código das avaliações, assim talvez a justiça tributária funcione. ———————————————————————————————————	transferido para o Concelho de Coruche só em dois mil e dois mais dez por cento que o anterio
"Tributação do Património Imobiliário", quem trabalha nesta área, sabe bem que a questão não se prende directamente com a tributação do património, continua o eterno problema, é necessária coragem política para se colocar em prática o novo código das avaliações, assim talvez a justiça tributária funcione	Governo transferiu no ano de dois e um
se prende directamente com a tributação do património, continua o eterno problema, é necessária coragem política para se colocar em prática o novo código das avaliações, assim talvez a justiça tributária funcione.	O Vogal Mário Boieiro (Partido Socialista) afirmou que, relativamente à Moção sobre
coragem política para se colocar em prática o novo código das avaliações, assim talvez a justiça tributária funcione.	"Tributação do Património Imobiliário", quem trabalha nesta área, sabe bem que a questão não
tributária funcione.	se prende directamente com a tributação do património, continua o eterno problema, é necessária
O Presidente da Câmara referiu que na Moção "Uma Política de Juventude para o Conce Iho de Coruche" não constatou nada de novo. Fala em direito à habitação, no entanto, o Governo não financia habitação social; em criar condições para a instalação de novas empresas, Escola Profissional, Espaço Internet, Piscinas Municipais, tudo isto existe. No apoio às instituições de jovens, só o ano passado foram criadas seis novas associações	coragem política para se colocar em prática o novo código das avaliações, assim talvez a justiça
lho de Coruche" não constatou nada de novo. Fala em direito à habitação, no entanto, o Governo não financia habitação social; em criar condições para a instalação de novas empresas, Escola Profissional, Espaço Internet, Piscinas Municipais, tudo isto existe. No apoio às instituições de jovens, só o ano passado foram criadas seis novas associações	tributária funcionetributária funcione
não financia habitação social; em criar condições para a instalação de novas empresas, Escola Profissional, Espaço Internet, Piscinas Municipais, tudo isto existe. No apoio às instituições de jovens, só o ano passado foram criadas seis novas associações. ————————————————————————————————————	O Presidente da Câmara referiu que na Moção "Uma Política de Juventude para o Conce-
Profissional, Espaço Internet, Piscinas Municipais, tudo isto existe. No apoio às instituições de jovens, só o ano passado foram criadas seis novas associações. ————————————————————————————————————	lho de Coruche" não constatou nada de novo. Fala em direito à habitação, no entanto, o Governo
jovens, só o ano passado foram criadas seis novas associações. ————————————————————————————————————	não financia habitação social; em criar condições para a instalação de novas empresas, Escola
Sobre o Conselho Municipal da Juventude, rejeitou a perspectiva paternalista em relação aos jovens. A Câmara está aberta a apoiar a juventude, mas a juventude deve ter liberdade do organização	Profissional, Espaço Internet, Piscinas Municipais, tudo isto existe. No apoio às instituições de
aos jovens. A Câmara está aberta a apoiar a juventude, mas a juventude deve ter liberdade de organização	jovens, só o ano passado foram criadas seis novas associações
organização. ————————————————————————————————————	Sobre o Conselho Municipal da Juventude, rejeitou a perspectiva paternalista em relação
Relativamente à delimitação geográfica das Freguesias, pensa que os Presidentes das Jun tas de Freguesia e os seus fregueses melhor que ninguém sentem estas questões. Estranhou que ninguém abordasse a situação do Feixe, uma vez que parte da população não aceita a sua inte gração na Freguesia da Erra e continua a sugerir a Freguesia da Lamarosa como local ideal de integração desta povoação	aos jovens. A Câmara está aberta a apoiar a juventude, mas a juventude deve ter liberdade de
tas de Freguesia e os seus fregueses melhor que ninguém sentem estas questões. Estranhou que ninguém abordasse a situação do Feixe, uma vez que parte da população não aceita a sua inte gração na Freguesia da Erra e continua a sugerir a Freguesia da Lamarosa como local ideal de integração desta povoação	organização
ninguém abordasse a situação do Feixe, uma vez que parte da população não aceita a sua inte gração na Freguesia da Erra e continua a sugerir a Freguesia da Lamarosa como local ideal do integração desta povoação	Relativamente à delimitação geográfica das Freguesias, pensa que os Presidentes das Jun-
gração na Freguesia da Erra e continua a sugerir a Freguesia da Lamarosa como local ideal de integração desta povoação	tas de Freguesia e os seus fregueses melhor que ninguém sentem estas questões. Estranhou que
integração desta povoação	ninguém abordasse a situação do Feixe, uma vez que parte da população não aceita a sua inte-
Quanto à Moção "Tributação do Património Imobiliário" afirmou que não é especificamente sobre o Concelho de Coruche. Neste processo não está correcto que o Governo a meio do ano económico decidisse que a Sisa desaparecia, no entanto, parece que vai recuar. Efectivamente no Concelho de Coruche o valor não é significativo, há anos que sobe outros que desce, no entanto, há Concelhos que dependem muito da Sisa, de qualquer forma, como autarcas temos a obrigação de nos manifestar e tomar uma posição sobre esta matéria que afecta as Autarquias	gração na Freguesia da Erra e continua a sugerir a Freguesia da Lamarosa como local ideal de
mente sobre o Concelho de Coruche. Neste processo não está correcto que o Governo a meio do ano económico decidisse que a Sisa desaparecia, no entanto, parece que vai recuar. Efectivamente no Concelho de Coruche o valor não é significativo, há anos que sobe outros que desce, no entanto, há Concelhos que dependem muito da Sisa, de qualquer forma, como autarcas temos a obrigação de nos manifestar e tomar uma posição sobre esta matéria que afecta as Autarquias	integração desta povoação
ano económico decidisse que a Sisa desaparecia, no entanto, parece que vai recuar. Efectivamente no Concelho de Coruche o valor não é significativo, há anos que sobe outros que desce, no entanto, há Concelhos que dependem muito da Sisa, de qualquer forma, como autarcas temos a obrigação de nos manifestar e tomar uma posição sobre esta matéria que afecta as Autarquias	Quanto à Moção "Tributação do Património Imobiliário" afirmou que não é especifica-
te no Concelho de Coruche o valor não é significativo, há anos que sobe outros que desce, no entanto, há Concelhos que dependem muito da Sisa, de qualquer forma, como autarcas temos a obrigação de nos manifestar e tomar uma posição sobre esta matéria que afecta as Autarquias	mente sobre o Concelho de Coruche. Neste processo não está correcto que o Governo a meio do
entanto, há Concelhos que dependem muito da Sisa, de qualquer forma, como autarcas temos a obrigação de nos manifestar e tomar uma posição sobre esta matéria que afecta as Autarquias O Vogal Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária) invocou o Regimento no seu Artigo 24º "Regras de Uso da Palavra pelos Membros da Câmara Municipal", para lembrar que a palavra é prestada ao Presidente da Câmara ou seu substituto legal no Período de Antes da Ordem do Dia para esclarecimentos, não para comentar as intervenções que cada Voga faz, não tem esse direito. Referiu que não colocou nenhuma questão ao Presidente da Câmara pelo que não tem de ouvir comentários da sua parte sobre a intervenção que proferiu. Chamou a	ano económico decidisse que a Sisa desaparecia, no entanto, parece que vai recuar. Efectivamen-
obrigação de nos manifestar e tomar uma posição sobre esta matéria que afecta as Autarquias	te no Concelho de Coruche o valor não é significativo, há anos que sobe outros que desce, no
O Vogal Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária) invocou o Regimento no seu Artigo 24° "Regras de Uso da Palavra pelos Membros da Câmara Municipal", para lembrar que a palavra é prestada ao Presidente da Câmara ou seu substituto legal no Período de Antes da Ordem do Dia para esclarecimentos, não para comentar as intervenções que cada Voga faz, não tem esse direito. Referiu que não colocou nenhuma questão ao Presidente da Câmara pelo que não tem de ouvir comentários da sua parte sobre a intervenção que proferiu. Chamou a	entanto, há Concelhos que dependem muito da Sisa, de qualquer forma, como autarcas temos a
no seu Artigo 24º "Regras de Uso da Palavra pelos Membros da Câmara Municipal", para lembrar que a palavra é prestada ao Presidente da Câmara ou seu substituto legal no Período de Antes da Ordem do Dia para esclarecimentos, não para comentar as intervenções que cada Voga faz, não tem esse direito. Referiu que não colocou nenhuma questão ao Presidente da Câmara pelo que não tem de ouvir comentários da sua parte sobre a intervenção que proferiu. Chamou a	obrigação de nos manifestar e tomar uma posição sobre esta matéria que afecta as Autarquias
brar que a palavra é prestada ao Presidente da Câmara ou seu substituto legal no Período de Antes da Ordem do Dia para esclarecimentos, não para comentar as intervenções que cada Voga faz, não tem esse direito. Referiu que não colocou nenhuma questão ao Presidente da Câmara pelo que não tem de ouvir comentários da sua parte sobre a intervenção que proferiu. Chamou a	O Vogal Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária) invocou o Regimento
Antes da Ordem do Dia para esclarecimentos, não para comentar as intervenções que cada Voga faz, não tem esse direito. Referiu que não colocou nenhuma questão ao Presidente da Câmara pelo que não tem de ouvir comentários da sua parte sobre a intervenção que proferiu. Chamou a	no seu Artigo 24º "Regras de Uso da Palavra pelos Membros da Câmara Municipal", para lem-
faz, não tem esse direito. Referiu que não colocou nenhuma questão ao Presidente da Câmara pelo que não tem de ouvir comentários da sua parte sobre a intervenção que proferiu. Chamou a	brar que a palavra é prestada ao Presidente da Câmara ou seu substituto legal no Período de
pelo que não tem de ouvir comentários da sua parte sobre a intervenção que proferiu. Chamou a	Antes da Ordem do Dia para esclarecimentos, não para comentar as intervenções que cada Voga
	faz, não tem esse direito. Referiu que não colocou nenhuma questão ao Presidente da Câmara
atenção da Presidente da Assembleia, para que no futuro se cumprisse o Regimento, sendo a As-	pelo que não tem de ouvir comentários da sua parte sobre a intervenção que proferiu. Chamou a
	atenção da Presidente da Assembleia, para que no futuro se cumprisse o Regimento, sendo a As-



sembleia Municipal um órgão com competências próprias e direitos, nessa lógica poderia tam-
bém invocar o seu direito de contestar ou comentar a intervenção do Presidente da Câmara, o
que por elegância não pretende fazer
A Presidente da Assembleia colocou á votação as quatro Moções:
Moção " Uma Política de Juventude para o Concelho de Coruche"
A Assembleia deliberou, por maioria, com três votos a favor, dos Vogais do Partido So-
cial Democrata, sete votos contra, dos Vogais do Partido Socialista (Filipe Justino, Nelson Gal-
vão, Nuno Mendes, Sandi Borda D'Água, José Dionísio, Mário Boieiro e Joaquim Banha) e de-
zanove abstenções dos Vogais da Coligação Democrata Unitária e dos Vogais do Partido So-
cialista (Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, António de Jesus e António da Venda), rejeitar a
presente Moção
Moção "Direitos Humanos"
A Assembleia deliberou, por maioria, com treze votos a favor, dos Vogais do Partido So-
cialista e do Vogal Osvaldo Ferreira da Coligação Democrática Unitária e dezasseis abstenções
dos Vogais da Coligação Democrática Unitária e do Partido Social Democrata, aprovar a presen-
te Moção e enviá-la ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos
Parlamentares, Embaixada dos Estado Unidos da América, Embaixada de Cuba e Órgão de
Comunicação Social Regional e Local
Moção "Tributação do Património Imobiliário"
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, dos Vogais do Par-
tido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, três votos contra, dos Vogais do Partido
Social Democrata e uma abstenção do Vogal Joaquim Nunes da Coligação Democrata Unitária,
aprovar a presente Moção e enviá-la ao Presidente da Assembleia da República, Grupos Parla-
mentares, Primeiro Ministro, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Câmara Munici-
pal de Coruche e Comunicação Social Regional e Local
Moção "Guerra contra o Iraque"
A Assembleia deliberou, por maioria, com quinze votos a favor, dos Vogais da Coligação
Democrática Unitária e dos Vogais Joaquim Banha e António de Jesus do Partido Socialista, três
votos contra, dos Vogais do Partido Social Democrata e onze abstenções dos Vogais do Partido
Socialista e do Vogal Joaquim Nunes da Coligação Democrática Unitária, aprovar a presente
Moção e enviá-la ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos
Parlamentares, Primeiro Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunicação Social
Regional e Local
O Vogal Joaquim Nunes (Coligação Democrática Unitária) apresentou a seguinte Decla-
ração de Voto:



"Abstive-me em todas as circunstâncias por uma razão muito simples, penso que cada
vez mais se estão aqui a empolar questões pessoais e não questões que dizem respeito à nossa
Vila de Coruche
Estou de acordo com as condições propostas quanto aos pormenores dos jovens, mas a
cultura em Portugal é o Benfica e o Sporting
Em relação ao 25 de Abril, ainda se está hoje a dever um esclarecimento aos
ex-combatentes do Ultramar, caso contrário nunca mais o irei festejar."
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
PONTO UM - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE DOIS MIL E DOIS:- Foi pre-
sente o ofício número quatro mil e trinta e seis de onze de Abril de dois mil e três da Câmara
Municipal de Coruche, anexando o Relatório de Actividades de dois mil e dois, que foi aprovado
por maioria, em sua Reunião Extraordinária de nove de Abril de dois mil e três, o qual fica a fa-
zer parte integrante da presente Acta
PONTO DOIS - CONTA DE GERÊNCIA DE DOIS MIL E DOIS:- Foi presente o
ofício número quatro mil e trinta e sete de onze de Abril de dois mil e três da Câmara Municipal
de Coruche, anexando a Conta de Gerência de dois mil e dois, que foi aprovada por maioria, em
sua Reunião Extraordinária de nove de Abril de dois mil e três, a qual fica a fazer parte integran-
te da presente Acta
A Presidente da Assembleia propôs que os Pontos Um e Dois fossem discutidos em con-
junto e depois votados em separado
Seguidamente solicitou uma introdução aos dois documentos por parte do Presidente da
Câmara
O Presidente da Câmara referiu que o ano de dois mil e dois está espelhado neste Relató-
rio de Actividades, no qual é apresentado o trabalho que efectivamente foi realizado
Salientou que foi um ano difícil por várias circunstâncias, pela herança recebida do ante-
rior executivo, face às condições económicas do país e ainda pelas limitações que a Câmara Mu-
nicipal vive por razões de ordem financeira
Relativamente à realização de obras, a Câmara deparou-se com graves dificuldades por
não ter projectos elaborados, bem como compromissos assumidos pelo anterior executivo, que
condicionam bastante as realizações no ano de dois mil e dois e anos seguintes, nomeadamente,
a obra das Piscinas Municipais, cujo valor é cerca de um milhão e quatrocentos mil contos
Quanto à nova legislação sobre a Contabilidade Autárquica, só em Outubro foi possível
iniciar o trabalho para a sua implementação, havendo um grande esforço por parte dos trabalha-
dores municipais, durante os últimos três meses, para dar resposta a essa preocupação, bem
como deste executivo para continuar a dar resposta às necessidades das populações



Seguidamente destacou as seguintes acções:
Melhoramento dos Serviços e do atendimento aos munícipes e ainda a implementação da
Delegação da Câmara no Couço, como forma de chegar mais facilmente junto dos munícipes;
Actualização do Sector de Informação através de Comunicados, Editais e do Boletim
Municipal;
Obras ao nível do investimento, nomeadamente:
Saneamento Básico (Fajarda e Branca);
Reforço no Abastecimento de Água (Santana do Mato, Foros de Coruche e Fajarda);
Estradas e Caminhos Municipais - reparações (Pelados, São Torcato, Carapuções e a liga-
ção Lamarosa/Limite do Concelho) e Feixe/Escusa;
Início da construção de Depósitos Elevados de Água - Santo Antonino, Fajarda Sul, Bis-
caínho, Montinhos dos Pegos e Foros do Frazão;
Furos de Abastecimento de Água em Santo Antonino Sul (abastecimento às Piscinas Mu-
nicipais), Fajarda, Frazão e Biscaínho;
Formação Profissional nas mais diversas áreas;
Museu Municipal (Constituição do Serviço Educativo; Renovação de exposições tempo-
rárias; Criação de um Atelier de Pintura; Espaço Internet);
Espaço Internet na Freguesia do Couço;
Melhores condições de trabalho, com a implementação de transporte em autocarro para
os trabalhadores do Couço e na aquisição de equipamentos adequados e de segurança;
Plano do Tráfego da Vila de Coruche, em fase de consulta pública;
Obras de Remodelação no Mercado Municipal de Coruche;
Intervenções ao nível da sinalização e estacionamento na Vila de Coruche;
Implementação do Serviço Municipal de Protecção Civil;
Incentivo à criação da Associação dos Bombeiros Voluntários de Coruche;
Apoio a diversos projectos educativos ao nível das Escolas do Concelho;
Relativamente à análise financeira, realçou uma poupança ao nível das despesas corren-
tes, a qual vai servir para aplicar em investimento este ano
Referiu que o conceito de correntes e de capital alterou-se um pouco devido ao POCAL.
Há uma série de rubricas novas que são classificadas como despesas correntes que anteriormente
eram despesas de capital, dando como exemplo uma área em que se gasta muito dinheiro, na re-
paração e conservação de estradas e viaturas
Quanto ao Desenvolvimento Económico, salientou a importância da criação da Zona Ofi-
cinal da Lamarosa, com a implementação de onze lotes e ainda o início das infra-estruturas de
Redes de Água e de Esgotos. Em relação à Zona Industrial do Monte da Barca efectuou-se a im-



plementação de mais catorze lotes, os quais já estão todos vendidos
O Vogal António Teles (Coligação Democrática Unitária) alertou para um melhoramento
na apresentação das contas
Referiu que deve haver lapso num Contrato de Prestação de Serviços, cujo prazo é de
quinze dias
Seguidamente proferiu o seguinte comentário ao Relatório de Actividades e Conta de Ge-
rência referente ao ano de dois mil e dois:
"Ultimamente não me tenho informado sobre a evolução da legislação, portanto não te-
nho conhecimento de eventuais alterações ou prorrogações, que possam ter surgido no processo
de implantação do POCAL
Está previsto no Decreto-Lei Nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, que o nosso sistema conta-
bilistico seria iniciado no exercício de dois mil, o que, com alguma tolerância, leva-nos a consi-
derar que em dois mil e dois estaria em pleno funcionamento, tanto mais que as normas anterio-
res se encontram revogadas
Assim, começaremos por uma ligeira observação aos presentes documentos de prestação
de contas, que se apresentam ainda na forma antiga de Conta de Gerência e Relatório de Acti-
vidades
Temos consciência das dificuldades de adaptações dos Serviços Municipais ao novo sis-
tema, mas se, pelo menos, tivéssemos já alguns mapas (agora exigidos), que completam e escla-
recem os presentes elementos resumidos, isso seria um auxiliar indispensável, para a análise que
devemos efectuar e um bom exercício, para a introdução das novas normas
Passando aos documentos, começamos por referir a análise financeira incluída no Relató-
rio de Actividades, para cuja página dez (quadros de receitas e despesas e indicadores financei-
ros) chamamos a atenção para a necessidade de ser revista, pois, em nossa opinião, apresenta al-
gumas inconformidades: as operações de tesouraria não fazem parte das receitas e despesas or-
çamentais e, portanto, dos valores sobre os quais se calculam os indicadores financeiros. Cinco
dos rácios apresentados são percentagens, sem que refiram essa indicação. Estes, entre outros
reparos
Quanto à Conta de Gerência, verifica-se que o nível de execução orçamental foi de 76,9%
nas receitas e de 71,6% nas despesas
As transferências de capital recebidas e as vendas de bens de investimento apenas atingi-
ram 55,4% e 9,4% do orçamentado, enquanto os impostos cobrados e as transferências correntes
excederam as previsões
Note-se que o FEDER não correspondeu às expectativas
Ainda nas receitas, a rubrica "Taxas e Penalidades" apresenta o valor mais baixo dos úl-



timos três anos
Nas despesas de capital, constata-se que o investimento fica nos 45,6% dos valores pre-
vistos no Orçamento
Nas despesas correntes chama-nos a atenção as rubricas de "Pessoal" e "Aquisições de
Serviços", que sobem ambas 11% em relação ao ano anterior
Pergunta-se se este acréscimo de custos foi justificado pela produção de mais e melhores
serviços à população
Encontramos "Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais" em duas con-
tas: no "Pessoal" e na "Aquisição de Serviços", pelo que julgamos ser lapso. Nesta última conta,
a rubrica "Outros" apresenta um valor, que consideramos demasiado elevado, para uma situação
não descriminada: 42,3% do total, correspondente a 840 mil euros (168 mil contos). E reparamos
que o total destas situações nas despesas correntes excede 1,5 milhões de euros, o que nos impe-
de a apreciação destas aplicações de fundos
Ressalta aqui a ausência dos anexos às demonstrações financeiras, previstos na legislação
do POCAL."
A Vogal Fátima Bento (Partido Social Democrata), proferiu a seguinte intervenção:
"1 - Notámos e constatamos que ao longo do ano de dois mil e dois a actuação do actual
executivo se pautou por uma orientação estritamente organizativa do ponto de vista do procedi-
mento administrativo. Já o discurso oficial utilizado se pautou por uma preocupação assumida-
mente de cariz financeiro e até comprometedora da acção do executivo
2 - Num contexto generalista, constatamos que o ano de dois mil e dois decorreu sob o
signo da tranquilidade financeira
Confirma-se e reafirma-se a tranquilidade e a harmonia das contas apresentadas, conside-
rando-se desdramatizada a tal situação catastrófica em que a Autarquia parecia ter mergulhado
A continuidade na acção seguindo tendências já anteriormente vistas "dejá vu":
Aumento das Despesas com Pessoal (11%) - O aumento das despesas com pessoal já vi-
nha sendo combatido em anteriores mandatos pelo PSD, como um valor que deveria estabilizar
Queda do Investimento (9%) - A mesma crítica relativamente ao investimento que cai
9%, não se invertendo a tendência que vinha de um mandato que dava sinais de fraca capacidade
de realização
3 - Não poderá o PSD deixar de referir e de reforçar algumas das situações que nos mere-
ceram maior reflexão:
O aumento das transferência do Orçamento de Estado em 10,7%
Regista-se uma poupança no exercício de aproximadamente de novecentos mil euros (a
aguardar melhor oportunidade de realização, quem sabe em termos estratégicos para uma melhor



gestão do mandato!!!)
A redução/desinvestimento feito no apoio às colectividades e instituições do Concelho
(uma promessa eleitoral não cumprida)
Redução do valor gasto em Educação (registámos ainda os níveis baixos que se verificam
na parte da Educação e que dizem respeito sobretudo à requalificação dos edifícios, renovação
de equipamentos e ao apetrechamento dos ensinos pré-escolar e 1º ciclo. Gostaríamos de assistir
a um salto qualitativo sobre esta matéria)
4 - Ficou claro o esforço em que foram envolvidos os trabalhadores a propósito da im-
plementação do POCAL, do facto registe-se o nosso apreço
5 - Registamos o facto deste Relatório não apresentar:
Os desvios da actividade orçamental e as respectivas justificações dos apuramentos efec-
tuados
A evolução do número de trabalhadores ao serviço."
O Vogal Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária) referiu que da leitura dos
documentos, sobretudo da Conta de Gerência, pode-se constatar que a situação económica ou
financeira da Autarquia não é aquela que durante o ano de dois mil e dois tem vindo sendo repe-
tida, como muito grave e que iria ter enormíssimas percussões no dia a dia na gestão e na imple-
mentação das acções que se perspectivavam. Em sua opinião, estes documentos espelham o con-
trário, de uma vez por todas se devia arrumar esse discurso, de que houve uma herança catastró-
fica no plano financeiro, porque como se pode observar não é verdade
Sublinhou que notícias recentes vindas a público revelam que a Câmara Municipal de
Coruche, ao nível do Distrito de Santarém, é aquela que tem uma melhor capacidade de endivi-
damento, o que se traduz necessariamente numa boa saúde financeira, mesmo depois das altera-
ções que o actual Governo introduziu, no contexto das vinte e uma Câmaras Municipais, em ter-
mos proporcionais, é a que apresenta melhores condições. A prática no ano de dois mil e dois,
deixa a perceber para qualquer munícipe deste Concelho que aquilo que em discurso era dito
como uma enormíssima dificuldade financeira, não se veio a demonstrar
Referiu que, ao longo do ano, registou-se um conjunto muito variado de novos quadros
técnicos, bem como Contratos de Prestação de Serviços com valores elevadíssimos, pelo que
gostaria de lembrar que quando foi debatido o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência de
dois mil e um, foi dado bastante ênfase a uma Avença que a Câmara de então tinha com o Atelier
Henrique Cayatte, a propósito do Museu Municipal, sendo na altura objecto de notícia na Comu-
nicação Social, como exemplo da má gestão e do esbanjamento nesta Autarquia, no entanto,
hoje, verifica-se na Conta de Gerência que também há Avenças ou Contratos de Prestação de
Serviços pela mesma ordem de valores, daí considerar importante que fosse aferido a sua utili-



dade e quais os resultados e benefícios para o Município
Referiu que o Vogal António Teles falou num Contrato de Prestação de Serviço, no en-
tanto, há três nas mesmas condições, certamente tratar-se-á de mero expediente para tornea
qualquer dificuldade
Chamou a atenção que o Relatório de Actividades dá um grande ênfase ao Gabinete de
Protecção Civil, contudo, a propósito das questões de segurança, foi aprovado em Setembro de
dois de dois o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, mas, até ao momento, não foi
o mesmo completamente empossado, este caso é exemplificativo daquilo que é o contrário do
rigor que muito tem vindo a ser repetido
Salientou que no Relatório de Actividades não é feita uma referência sobre o custo decor-
rente da elaboração do célebre Inquérito aos Serviços Municipais, elaborado por um inspector
aposentado da IGAT, seguramente serão alguns milhares de contos, é do conhecimento de todos
que este tipo de trabalho é bastante caro e ocorreu durante vários meses, daí considerar interes-
sante que no Relatório de Actividades, já que se pormenoriza tantas acções, que em matérias
desta importância política, venham mencionados os respectivos custos
O Vogal António de Jesus (Partido Socialista) referiu que o seu Grupo Municipal em
relação aos documentos em análise, pretende realçar a excelente apresentação dos mesmos, sen-
do o espelho perfeito da actividade desenvolvida pelo executivo municipal durante o exercício
de dois mil e doisde dois mil e dois m
Manifestou satisfação pela implementação continuada do POCAL
Destacou a poupança de receitas correntes que permitem seguramente no futuro a sua
aplicação em investimento
O Vogal Fernando Serafim (Coligação Democrática Unitária), proferiu a seguinte inter-
venção:
"O Relatório de Actividades é essencialmente um documento de prestação de contas por
parte da Câmara à Assembleia Municipal, órgão que tem como principal competência fiscalizar a
actividade do executivo municipal
O Relatório e a Conta de Gerência que hoje somos chamados a aprovar são documentos
pouco esclarecedores por um lado, mas esclarecedores por outro, pois eles reflectem a actividade
da Câmara em dois mil e dois, que em nossa opinião ficou muito aquém daquilo que eram as ex-
pectativas que decorriam das propostas ao tempo apresentadas pela maioria na Câmara
Da leitura dos documentos verifica-se não haver uma única referência, a projectos tão
importantes e estruturantes para o Concelho tais como: "Parque de Negócios"; Zona Industrial
do Couço; Zona Oficinal da Lamarosa; de sublinhar que em relação ao Parque de Negócios, o de
Coruche é aquele cujo processo de implementação é o mais atrasado dos sete previstos para o

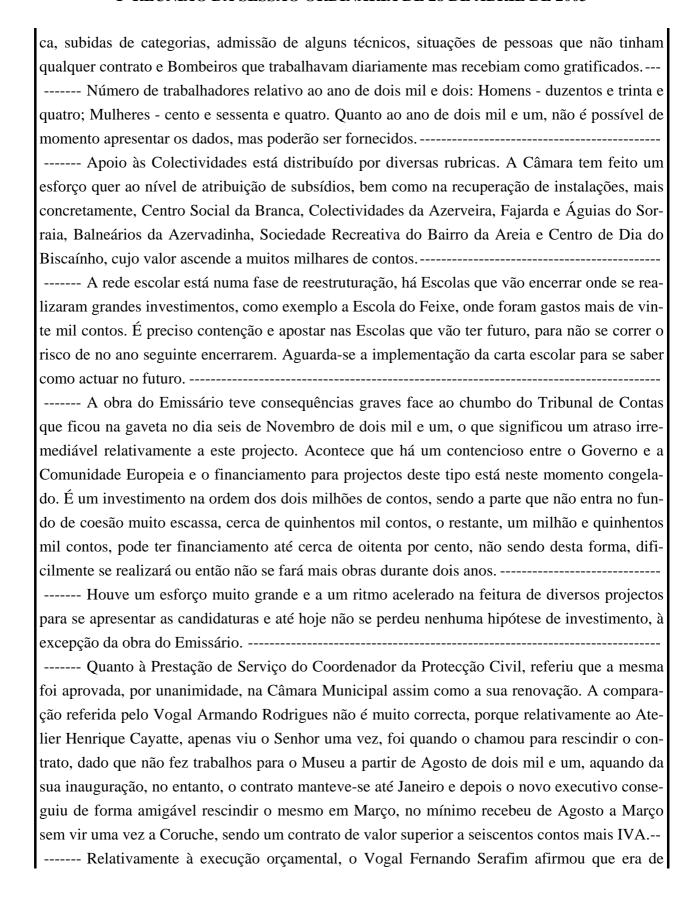


Distrito de Santarém (de acordo com a notícia do Jornal "Público em 13 de Janeiro de 2003)
No Relatório nada é dito, ao contrário dos anteriores, acerca do actual número de traba-
lhadores da Câmara e da sua movimentação ao longo do ano, quando é sabido que houve durante
dois mil e dois muitas admissões de pessoal sob a forma de contratos de avença, prestação de
serviços e outras
Sobre a recuperação e revitalização do Centro Histórico de Coruche e do comércio tradi-
cional, antes apresentados como importantes acções a desenvolver, nada é referido
Pavilhão Multiusos, Pavilhão Desportivo na Escola Secundária e Centro de Saúde do
Couço, nada é adiantado
Da leitura e análise destes documentos resulta claro um aumento das despesas correntes e
uma diminuição do investimento, que teve uma taxa de execução de 45% de acordo com o orça-
mentado
Relativamente às receitas próprias registe-se que na rubrica "Taxas, Multas e Licenças"
constata-se uma quebra de cerca de 7% relativamente ao ano anterior o que contraria o tão apre-
goado rigor, na gestão, a todo o tempo afirmado
Ao contrário verifica-se um aumento das "Despesas de Pessoal" (mais 10,7%) e de "Fun-
cionamento Corrente" (mais 8,3%) relativamente a dois mil e um
Já em relação ao "Investimento" constata-se uma quebra de 16% comparativamente com
dois mil e um
E já não colhe o argumento da difícil situação financeira herdada pois é por demais evi-
dente que a situação financeira da Câmara Municipal de Coruche a trinta e um de Dezembro de
dois mil e um era uma das melhores do Distrito como o comprovam os últimos quadros tornados
públicos pela comunicação social
O Relatório de Actividades dá-nos ainda conta da verba irrisória despendida no apoio a
iniciativas com as Escolas E.B.2.3, Secundária e Profissional (287,45 €). O mesmo se verifica
com o apoio ao Corpo de Dadores Benévolos de Sangue que de acordo com o citado Relatório
foi apoiado pela Câmara em 2.825,50 €em contraste com a verba atribuída à Associação dos De-
ficientes das Forças Armadas de 2.000 €
O desequilibro reflectido neste Relatório na demonstração da actividade da Câmara fica
bem patente no seguinte: a organização e montagem das Festas em dois mil e dois, de acordo
com o Relatório, custou à Câmara 200.955,68 €(mais de 40 mil contos) é resumido em quatro
linhas, enquanto que para relatar exaustivamente as actividades normais do Museu são dedicadas
mais de cinco páginas.
Em resumo este Relatório descreve de forma exaustiva as acções mais irrelevantes e é
excessivamente sintético e em muitos casos omisso no que diz respeito à informação que deveria



prestar sobre os grandes projectos estruturantes para o Concelho
Considerando a apreciação feita destes documentos o Grupo Municipal da CDU optará
pela abstenção na votação destes documentos."
O Vogal Filipe Justino (Partido Socialista) recordou que no Relatório de Actividades
apenas constam as acções que foram efectuadas durante o ano de dois mil e dois, não tem nada
de prever o futuro, essas obras constam do Plano Plurianual de Investimentos o qual já foi discu-
tido e aprovado
Referiu que a bancada da Coligação Democrática Unitária está muito preocupada em re-
lação às despesas com pessoal, no entanto, contrariamente ao afirmado em plena campanha elei-
toral, de que se os Socialistas viessem para o poder haveria uma série de despedimentos, pode-se
concluir que essa "caça às bruxas" não é verdade, não houve despedimentos e constatasse verifi-
car na rubrica de pessoal que há um aumento de onze por cento
Relativamente às Piscinas Municipais, lembrou que no mandato anterior não havia garan-
tia de financiamentos, o que só prova a má gestão e incapacidade de gerência, no entanto, já hou-
ve mais duzentos mil contos que foram co-financiados, nas foi efectivamente durante este
mandato
O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:
A rubrica "Outros" está correcta, contempla as despesas com programas ocupacionais
estágios, pagamento à Resiurb, pagamento de recibos de água, avenças, assistências técnicas
análises de água, decorre da lei do POCAL
Contratos de Avenças com Bombeiros, são quatro, não é nenhum lapso, tem a ver com
situações pontuais de trabalhos específicos, cujos períodos foram de quinze dias
Referiu que, por vezes, o discurso sobre as dificuldades financeiras da Câmara é mal in-
terpretado, pelo que voltou a repetir que o actual executivo entrou na Câmara com um colete de
forças muito apertado, face a compromissos que tinham sido assumidos, contudo, têm deturpado
estas afirmações. Hoje, um Vogal falou em herança catastrófica. Nunca fez tal afirmação, apenas
disse que a Câmara entrou com uma herança pesadíssima devido a compromissos assumidos na
véspera, em Novembro de dois mil e um, na ordem dos dois milhões e duzentos mil contos
Quem à partida tem esta herança é de facto um colete de forças, não sendo fácil decidir os anos
de dois mil e dois e dois mil e três de acordo com as suas perspectivas, há uma obrigação que
não foi decidida pelo actual executivo, mas sendo um compromisso, é evidente que condiciona
Também nunca afirmou que a Câmara Municipal de Coruche era a que estava pior no Distrito de
Santarém, apenas disse que existiam estas dificuldades
Despesas com Pessoal, um aumento de onze por cento que tem a ver com a simples ges-
tão de transição de pessoal de um ano para o outro de acordo com os aumentos da Função Públi-







ACTA Nº 2/2003 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2003

quarenta e cinco por cento, mas o valor correcto é quarenta e seis por cento, cujo investimento é referente a obras por empreitada e financiadas. As obras não cresceram mais pelas dificuldades já referidas, sem projectos não se fazem candidaturas e desta forma não se consegue fundos comunitários para a realização de obra, é um desperdício haver a hipótese de recorrer a sessenta e cinco por cento de comparticipação comunitária e não se apresentar candidaturas.---------- Em relação às apreciações feitas ao Relatório de Actividades, é apenas uma opinião, não sendo a mesma a opinião da Câmara que o elaborou e de quem desempenhou estas funções.---------- Recordou que durante a campanha eleitoral falou-se muito que o Partido Socialista iria fazer despedimentos, bem como privatizar serviços, se calhar daqui a algum tempo a privatização de serviços é algo bem visto pela Coligação Democrática Unitária. Hoje, já algumas Câmaras Municipais aqui perto estão a fazê-lo, mais propriamente ao nível da recolha do lixo.---------- No próximo ano é preciso pensar um pouco sobre o que vai ser o futuro deste Concelho, perspectivar o peso das despesas correntes porque são cada vez maiores, estrangula as possibilidades de investimento, daí que tudo o que seja despesas com pessoal tem de ser muito bem equacionado, não estando no horizonte admitir-se mais trabalhadores, à excepção de alguns técnicos. ----- O Vogal Fernando Serafim (Coligação Democrática Unitária) recordou que, quando referiu que o Parque de Negócios de Coruche era o mais atrasado, baseou-se numa notícia publicada no Jornal "O Público", no dia treze de Janeiro, na parte económica e na declaração não é dito que foi o Presidente da Câmara que afirmou, apenas se refere que é dito na imprensa.----------- O Vogal Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária) referiu que não foi sua intenção quando falou "que será um mero expediente" fazer nenhuma insinuação, que fique claro. Em relação aos Contratos de Avença de Bombeiros, por um período de quinze dias, a explicação dada pelo Presidente da Câmara não satisfaz, pensa que até sabe a razão, mas pode estar equivocado, pelo que gostaria de uma melhor explicação.----------- O Vogal Manuel Coelho (Coligação Democrática Unitária) referiu que há uma contradição quando o Presidente da Câmara afirma que recebeu uma herança muito pesada do anterior executivo, ou seja, compromissos assumidos no valor de dois milhões e duzentos mil contos e depois refere que houve uma falha da Câmara por o processo do Emissário não ter sido aprovado, no entanto, se tivesse sido imputado em cima dos dois milhões das Piscinas mais dois milhões do Emissário, qual o procedimento a seguir pela Câmara. ----------- Questionou qual o valor real que a Câmara vai pagar respeitante às Piscinas. ------------- O Presidente da Câmara esclareceu que se a candidatura do Emissário tivesse sido aprovada na devida altura, certamente, que as Piscinas não teriam sido iniciadas. O Emissário subentende níveis de financiamento que chegam a oitenta e cinco por cento, mesmo falando de dois milhões, fazendo as contas, quinze por cento a pagar pela Câmara seria trezentos mil contos. Em



relação às Piscinas a Câmara vai pagar sensivelmente sessenta por cento do seu custo, e nunca
afirmou que custam dois milhões de contos, mas, um milhão e quatrocentos mil contos. A Câma-
ra conseguiu em Dezembro de dois mil e dois um apoio (Eixo 3, Medida 3.16, FEDER) do Insti-
tuto do Desporto, no valor de trezentos e vinte e três mil duzentos e sessenta e cinco contos e em
Março de dois mil e três um apoio para as Piscinas Exteriores, que não tinha sido concertado
pela Câmara anterior, no valor de duzentos e vinte e dois mil novecentos e seis contos, ou seja,
de apoios comunitários no valor de quinhentos e quarenta e seis mil cento e setenta e um contos,
cerca de quarenta por cento, o custo para a Autarquia é na ordem dos oitocentos e cinquenta e
sete mil contos
O Vogal Manuel Coelho (Coligação Democrática Unitária) recordou que, há cerca de um
mês, quando o Presidente da Câmara fez a apresentação das obras em curso, o gráfico mostrava
que o custo das Piscinas era de trezentos e setenta mil contos para a Câmara, agora afirmou um
valor na ordem do dobro
O Presidente da Câmara referiu que o valor afirmado pelo Vogal Manuel Coelho não está
correcto, o custo das Piscinas é na ordem dos oitocentos e cinquenta mil contos para a Câmara
Municipal
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Relatório de Actividades de dois
mil e dois
A Assembleia deliberou, por maioria, com quinze votos a favor, dos Vogais do Partido
Socialista e do Partido Social Democrata e doze abstenções, dos Vogais da Coligação Democrá-
tica Unitária, aprovar o Relatório de Actividades de dois mil e dois
A presente deliberação foi aprovada em minuta
Os Vogais Fernando Serafim e Osvaldo Ferreira (Coligação Democrática Unitária), não
participaram na anterior votação, por não se encontrarem presentes na sala
A Presidente da Assembleia colocou à votação a Conta de Gerência de dois mil e dois
A Assembleia deliberou, por maioria, com quinze votos a favor, dos Vogais do Partido
Socialista e do Partido Social Democrata e doze abstenções, dos Vogais da Coligação Democrá-
tica Unitária, aprovar a Conta de Gerência de dois mil e dois
Os Vogais Fernando Serafim e Osvaldo Ferreira (Coligação Democrática Unitária), não
participaram na anterior votação, por não se encontrarem presentes na sala
Seguidamente procedeu-se a um intervalo, pelas vinte e três horas e trinta e cinco
minutos
Reiniciaram os trabalhos pelas vinte e três horas e cinquenta minutos
PONTO TRÊS - I REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
DE DOIS MIL E TRÊS:- Foi presente o ofício número quatro mil e trinta e oito de onze de

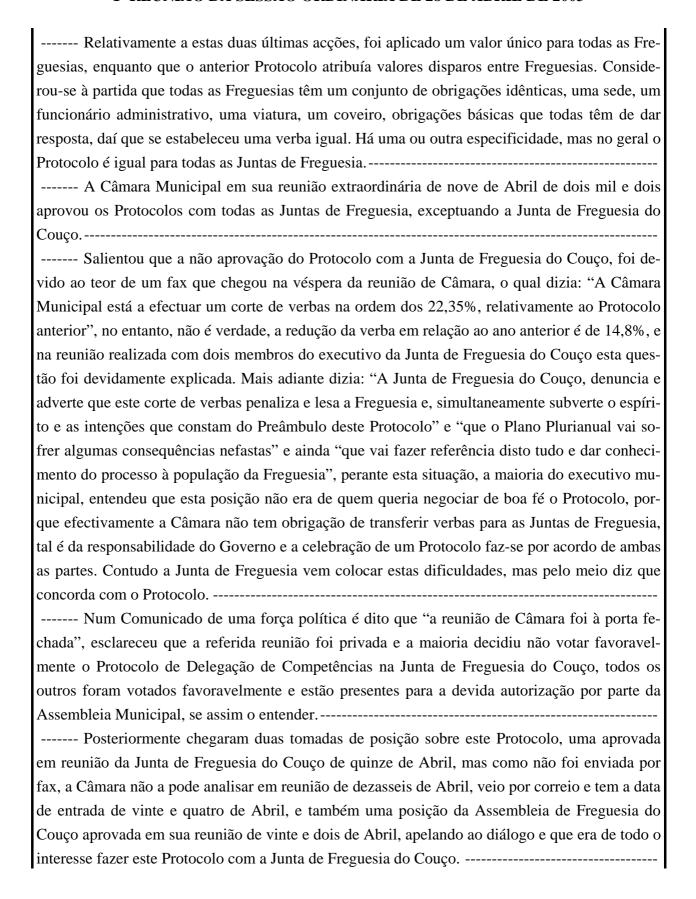


Abril de dois mil e três da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Revisão ao Plano Pluria-
nual de Investimentos de dois mil e três, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião
Extraordinária de nove de Abril de dois mil e três, a qual fica a fazer parte integrante da presen-
te Acta
PONTO QUATRO - I REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DOIS MIL E TRÊS:- Foi
presente o ofício número quatro mil e trinta e nove de onze de Abril de dois mil e três da Câmara
Municipal de Coruche, anexando a I Revisão ao Orçamento de dois mil e três, que foi aprovada
por unanimidade, em sua Reunião Extraordinária de nove de Abril de dois mil e três, a qual fica
a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia propôs que os Pontos Três e Quatro fossem discutidos em
conjunto e depois votados em separado
Seguidamente solicitou uma introdução aos dois documentos por parte do Presidente da
Câmara
O Presidente da Câmara afirmou que as Revisões têm a ver com a incorporação do saldo
da Conta de Gerência de dois mil e dois, cuja distribuição se divide por três rubricas:
"Outros Trabalhos Especializados", tem a ver com a prestação de serviços para as Pisci-
nas Municipais, a abrir em princípio no Verão, para fazer face às despesas que daí resultam, uma
vez que não se pode afectar muito pessoal da Câmara
"Terrenos" - Há a hipótese de aquisição de terrenos para a Zona Industrial do Couço e
aumento da área da Zona Industrial do Monte da Barca
"Instalações Desportivas e Recreativas", um reforço de verbas para as Piscinas Mu-
nicipais
O Vogal Joaquim Banha (Partido Socialista) questionou sobre a situação do terreno para
a Associação de Santana do Mato
O Presidente da Câmara referiu que a verba não está especificada, pode-se gastar até cem
mil contos, superior a este valor é preciso fazer uma Alteração Orçamental, mas de momento é
esta a distribuição das verbas
A Presidente da Assembleia colocou à votação a I Revisão ao Plano Plurianual de Inves-
timentos de dois mil e três
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a I Revisão ao Plano Plurianual de
Investimentos de dois mil e três
A presente deliberação foi aprovada em minuta
A Presidente da Assembleia colocou à votação a I Revisão ao Orçamento de dois
mil e três
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a I Revisão ao Orçamento de dois



mil e três
A presente deliberação foi aprovada em minuta
A Presidente da Assembleia solicitou autorização para a continuação dos trabalhos, pelas
zero horas
A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos
PONTO CINCO - PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS
JUNTAS DE FREGUESIA:- Foi presente o ofício número quatro mil e quarenta de onze de
Abril de dois mil e três da Câmara Municipal de Coruche, anexando os Protocolos de Delegação
de Competências nas Juntas de Freguesia (Biscainho, Branca, Coruche, Erra, Fajarda, Santana
do mato e São José da Lamarosa), que foram aprovados por unanimidade, em sua Reunião
Extraordinária de nove de Abril de dois mil e três, os quais ficam a fazer parte integrante da pre-
sente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução aos Protocolos por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu que na sequência de várias reuniões entre a Câmara Mu-
nicipal e as Juntas de Freguesia, chegou-se a um consenso do texto para a celebração dos res-
pectivos Protocolos, os quais não são exactamente iguais para todas as Juntas de Freguesia, mas
a filosofia é a mesma. Foram estabelecidas diversas competências e nessa base foi proposto a
atribuição de verbas para executarem essas mesmas obrigações. Quanto à manutenção e conser-
vação dos edifícios escolares, que constava do anterior Protocolo, entendeu a Câmara retirar esta
competência, tendo em conta algumas reclamações por parte dos professores e encarregados de
educação sobre a eficiência do serviço não ser a melhor, passando essa competência para a
Câmara
Sublinhou que o Protocolo de Delegação de Competências é composto pelas seguintes
acções:
Conservação e limpeza de bermas e caminhos nas áreas das Freguesias (a atribuição de
verbas é mediante escalões, havendo duas Freguesias Branca e São José da Lamarosa que têm
uma maior extensão de caminhos a conservar);
Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados (nas Freguesias de Coru-
che, Couço, Erra e São José da Lamarosa, que têm o centro urbano devidamente organizado, a
Câmara presta apoio para conservação de zonas verdes e jardins e no caso da Freguesia do Cou-
ço cede ainda quatro funcionários municipais e na Erra e São José da Lamarosa um funcionário
que ficarão na dependência das respectivas Juntas de Freguesia);
Colocação e manutenção de sinalização toponímica;
Gestão, conservação, reparação e limpeza de cemitérios, propriedade do Município;





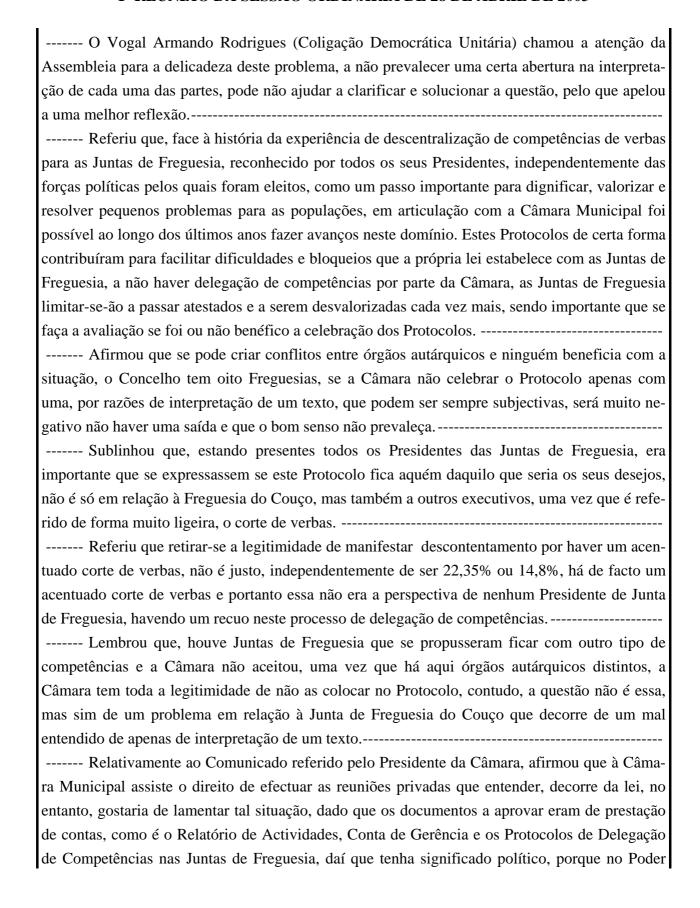


Salientou que a intenção da Câmara é de celebrar o Protocolo com todas as Juntas de Fre-
guesia, de momento está acordado com sete Freguesias, mas continuará disponível para também
o fazer com a Junta de Freguesia do Couço, a qual terá que manifestar essa vontade para depois a
Câmara numa próxima reunião analisar
O Vogal Diamantino Ramalho (Coligação Democrática Unitária) na qualidade de Presi-
dente da Junta de Freguesia do Couço, referiu que foi enviado um ofício, no dia vinte e um de
Abril de dois mil e três, à Presidente da Assembleia, no qual era solicitado que fosse dado conhe-
cimento do seu teor à Assembleia Municipal
Afirmou que a Junta de Freguesia nunca invocou, nem invocará que o Protocolo era ne-
fasto para a Freguesia, nas considerações é dito que "poderá pôr em causa o nosso Plano Pluria-
nual" não diz que põe em causa o nosso Plano Plurianual
Seguidamente deu conhecimento do fax da Junta de Freguesia do Couço, datado de sete
de Abril de dois mil e três, do seguinte teor:
"O executivo da Junta de Freguesia de Couço, após leitura e análise do Protocolo de De-
legação de Competência da Câmara Municipal para com esta autarquia, encontra toda a perti-
nência em referir o seguinte:
As verbas nele contidas são manifestamente insuficientes para o cumprimento do mesmo,
face às competências atribuídas
A Freguesia possui uma área de 346,30 km2 dos inúmeros Kms de estradas e caminhos
de terra batida, propusemos conservar os 55 km que unem os diferentes lugares da Freguesia
É uma Freguesia bastante dispersa, possuidora de uma disposição geográfica peculiar e
com lugares que distam mais de 20 Km da Vila
Temos ao nosso encargo 2 cemitérios no Couço e 1 em Santa Justa
Da nossa responsabilidade consta a higiene e limpeza no interior dos perímetros urbanos
da Vila do Couço, Santa Justa e Foros de Lagoíços
Com grande esforço dos autarcas se tem mantido e aumentado os espaços verdes na
Freguesia
A rectroescavadora, propriedade da Junta de Freguesia de Couço, efectua anualmente,
centenas de horas ao serviço da Câmara Municipal, sem receber qualquer contrapartida
Deste modo, o executivo da Junta de Freguesia de Couço, não compreende os motivos
que levaram a Câmara Municipal a efectuar um corte de verbas (22,35%) em relação ao Protoco-
lo anterior
A Junta de Freguesia de Couço, denuncia e adverte que este corte de verbas penaliza e
lesa a Freguesia de Couço e, simultaneamente subverte o espírito e as intenções que constam do
Preâmbulo deste Protocolo. No entanto, porque somos autarcas, cabe-nos defender e zelar pela



população que nos elegeu na melhoria do seu quotidiano, o executivo da Junta de Freguesia de
Couço, deliberou aceitar o Protocolo, consciente de que para poder cumprir, o seu Plano Plu-
rianual poderá sofrer algumas consequências nefastas. Acrescentamos ainda, que em referência
ao Plano Plurianual daremos conhecimento de todo este processo à população da Freguesia."
Salientou que na realidade a Junta de Freguesia do Couço recebia no antigo Protocolo,
sem contar as Escolas, uma verba de setenta mil setecentos e oito euros e com o novo Protocolo
passará a receber uma verba de cinquenta e quatro mil e novecentos euros, é uma diferença anual
de quinze mil oitocentos e oito euros, desta forma, não se pode afirmar que se recebe o mesmo
valor ou que se irá receber mais para o mesmo Protocolo. Da parte da Junta de Freguesia do
Couço, nunca foi afirmado que não aceitava ou assinado o Protocolo, se algo ficar por concluir
que seja a execução do Plano Plurianual e não o cumprimento do Protocolo com a Câmara Mu-
nicipal
A Presidente da Assembleia referiu que ficou presente a necessidade de haver uma nego-
ciação entre as duas partes
Recordou que, no início da Sessão fez notar que não iria ler a correspondência recebida,
mas se houvesse um documento fundamental poderia ser lido. Deu conhecimento de uma Moção
aprovada pela Assembleia de Freguesia do Couço, que deu entrada no dia vinte e dois de Abril,
do seguinte teor:
"A Assembleia de Freguesia de Couço, na sua reunião de 22 de Abril de 2003, após
conhecimento da Moção da Junta de Freguesia enviada a esta Assembleia, deliberou:
1 - Manifestar a sua solidariedade para com a Junta de Freguesia através da subscrição da
Moção apresentada
2 - Relembrar que o Couço é a maior Freguesia do Concelho de Coruche em área, a se-
gunda em população e que se encontra a 25 kms da sede do Concelho
3 - Apelar à existência de um diálogo profícuo que conduza ao bom entendimento entre
as autarquias, de forma a que se priorizem, sempre, os interesses da população
4 - Enviar esta deliberação à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, assim como
dar conhecimento à Junta de Freguesia."
Sublinhou que esta Moção apela ao diálogo, sendo isso que de alguma forma está a faltar
neste processo
Referiu que percebeu haver uma redução de verbas em relação ao Protocolo anterior, no
entanto, não sabe o que se passa em relação aos Protocolos com as outras Juntas de Freguesia.
Por outro lado, a questão da verba não ser suficiente, é preciso saber se o que está protocolado
tem a mesma fatia de delegação de competências e de investimentos, ou é menor, uma vez que
não tem conhecimento do referido Protocolo, solicitava um esclarecimento







Local Democrático este tipo de documentos de prestação de contas não se aprovam em reuniões
à porta fechada, ou seja, privadas
Considerou importante que prevalecesse o bom senso, porque caso contrário é a popula-
ção que perde
O Vogal Francisco Cortez (Partido Social Democrata) referiu que é fundamental distin-
guir dois aspectos, primeiro, é sobre os Protocolos que foram submetidos que a Assembleia tem
de votar, uma vez que está perante um facto aprovado por ambas as partes. Segundo, não se pode
votar um Protocolo que ainda não existe, o qual esteve em negociação, mas não houve entendi-
mento, não é só de interpretação de palavras, pela leitura que ouviu, há uma não aceitação por
parte da Junta de Freguesia do Couço, ficou claro, que aceita celebrar o Protocolo mas é contra o
mesmo e depois pretende aproveitar-se politicamente dessa posição junto da população
Relativamente a esse ponto a Assembleia não tem de votar a favor ou deixar de votar, é
preciso que ambas as parte se entendam, talvez esquecendo algumas componentes mais partidá-
rias e chegar a um acordo como aconteceu com todas as outras Juntas de Freguesia
O Vogal Filipe Justino (Partido Socialista) referiu que os Protocolos já foram aprovados
pelas Juntas de Freguesia e Assembleia de Freguesia, neste sentido a Assembleia não os deve
colocar em causa. Lembrou que foram utilizados os mesmos princípios e critérios, há quatro Jun-
tas de Freguesia que são da Coligação Democrática Unitária e que os aprovaram e não dizem no
texto que o Protocolo é lesivo para as suas populações, em relação à Junta de Freguesia do Cou-
ço há manifestamente uma descoordenação.
Relativamente à história das reuniões à porta fechada, ou privadas, salientou que é um
direito que a Câmara têm e não se deve colocar isto em causa, se a reunião deve ter um carácter
privado, é da responsabilidade do executivo municipal
Referiu que neste processo o que está em causa é de facto as populações, pelo que apelou
ao bom senso, há uma má interpretação, que seja ultrapassada a situação o mais rapidamente
possível, no entanto, a Assembleia não deve ser impedida de aprovar, hoje, os sete Protocolos
presentes
O Vogal Mário Boieiro (Partido Socialista) referiu que o processo de negociação entre a
Câmara e as Juntas de Freguesia foi bastante claro, desde o seu início que todos os Presidentes
das Juntas de Freguesia foram informados que iria havia um corte de verbas, era patente essa ne-
cessidade, uma vez que a própria Câmara perante as dificuldades que se confronta tinha de fazer
alguns cortes, daí partiu toda uma base para fazer a melhor negociação possível dentro do con-
texto das competências que iriam ser delegadas nas Juntas de Freguesia, algumas das competên-
cias iam ser retiradas e outras partiriam de uma base negocial
Referiu que as verbas constantes no Protocolo poderão não ser as suficientes, mas tam-



bém no passado não o eram, ao longo destes quatro anos não se verificou uma actualização, os
custos cada vez foram sendo maiores e as verbas a receber eram sempre as mesmas, bem como
as verbas transferidas do Orçamento do Estado também não são suficientes, nem é uma obriga-
ção da Câmara a celebração dos Protocolos
Fez votos para um entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia do
Couço
O Vogal Fernando Serafim (Coligação Democrática Unitária) referiu que esta situação
passa por um entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia do Couço, pelo que
apresentou o Voto de Recomendação que a seguir se transcreve:
"A Assembleia Municipal de Coruche reunida em 28.04.2003 delibera:
1 - Considerando a disponibilidade manifestada pela Junta de Freguesia do Couço e hoje
aqui reiterada através do seu Presidente, de assinar o Protocolo
2 - A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que promova os contactos
tendentes a esclarecer eventuais mal entendidos, por forma a exemplo das outras Juntas de Fre-
guesia, também a Junta de Freguesia do Couço concretize um Protocolo com a Câmara
Municipal."
O Vogal Joaquim Banha (Partido Socialista) fez uma referência ao ofício enviado pela
Assembleia de Freguesia de Santana do Mato, na qual é feita uma recomendação à Câmara, no
sentido da verba destinada há conservação e limpeza de bermas e caminhos, ser insuficiente
Referiu que no Protocolo é afirmado uma diferença entre duas Juntas de Freguesia, con-
sidera que há mais caminhos para conservar na Branca e na Lamarosa do que em Santana do
Mato, com a qual não está de acordo
Salientou que o actual executivo da Junta de Freguesia de Santana do Mato continua com
muita determinação e empenho para responder aos legítimos interesses da sua população, no sen-
tido de colmatar o abandono que esteve sujeita durante muitos anos pelos anteriores executivos
da Câmara Municipal
Entende ser de maior importância afirmar o Protocolo, de modo a que os recursos huma-
nos, materiais e financeiros de ambas as partes sejam mais rentabilizados, para que na prática
possam responder aos interesses conhecidos
Referiu que é do conhecimento que há uma limitação económica, a qual foi transmitida a
todos os Presidentes das Juntas de Freguesia aquando da discussão do Protocolo, nesse sentido
estamos perante o Protocolo possível
Fez votos para que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia do Couço façam um
entendimento
O Vogal António Teles (Coligação Democrática Unitária) referiu que os Protocolos vêm



no seguimento de uma intenção de todos os Municipios deste pais de participarem na descentra-
lização administrativa, esperando que no nosso Município não deixe de existir esse espírito
Referiu que concorda com o Presidente da República, ao afirmar "é preciso aproveitar as
Autarquias que já existem e fazê-las funcionar, dar-lhes mais competências, porque estão mais
próximas das populações."
O Vogal Romualdo Boiça (Coligação Democrática Unitária) referiu que em todas as Jun-
tas de Freguesia houve uma redução de verbas, conforme o Presidente da Câmara tinha anuncia-
do aquando da discussão do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento para dois mil e
três, no entanto, compreendendo o rigor e a necessidade dos cortes que a Câmara terá de fazer,
lamentou que esses cortes se venham reflectir mais acentuadamente nas transferências para as
Juntas de Freguesias. Salientou que estas percentagens seriam maiores se o Protocolo anterior
tivesse tido uma actualização em dois mil e dois relativamente a dois mil e um, conforme está
estipulado, acima da taxa da inflação, contudo, a verba de dois mil e dois foi a mesma que a de
dois mil e um
Questionou se as verbas a transferir vão ter efeitos no mês de Abril
O Vogal Manuel Coelho (Coligação Democrática Unitária) referiu que relativamente à
discordância sobre o Protocolo da Junta de Freguesia do Couço, do seu ponto de vista, há uma
injustiça muito grande, uma vez que a Junta de Freguesia do Couço, com toda a extensão recebe
para conservação e limpeza de bermas e caminhos menos que as Juntas de Freguesia de Coruche,
Erra e Branca e tanto como a Junta de Freguesia de Coruche para conservar os jardins, doze mil
e quinhentos euros, há uma descriminação
Fez notar que uma negociação pressupõe um encontro entre ambas as partes e não uma
imposição de uma sobre a outra, como aconteceu em relação ao Protocolo com a Junta de Fre-
guesia do Couço
Questionou se a Mesa da Assembleia tem em sua posse as deliberações de todas as As-
sembleias de Freguesia, respeitantes à aprovação dos Protocolos, não existindo essa formalidade
no processo, não pode a Assembleia proceder à votação deste ponto
O Vogal Diamantino Ramalho (Coligação Democrática Unitária) salientou que a maioria
na Câmara Municipal não gostou dos considerandos apresentados pela Junta de Freguesia do
Couço em relação ao Protocolo, os quais resultaram da discussão havia na última reunião reali-
zada com o Presidente da Câmara, quando foi questionada a verba referente às estradas de terra
batida
Referiu que sendo a verba reduzida e havendo mais cinquenta e cinco quilómetros para
conservar, vai para além daquilo que é possível, daí que o executivo da Junta de Freguesia do
Couço tem que admitir, não quer dizer que vá acontecer, que as obras do Plano Plurianual podem



sofrer algumas consequências nefastas
A Presidente da Assembleia referiu que, eventualmente, houve uma interpretação diferen-
te das palavras que foram escritas, sendo uma questão a resolver entre a Câmara Municipal e a
Junta de Freguesia do Couço. Pensa que foi consensual face a todas as intervenções que deverá
ser feito um esforço no sentido de uma Freguesia não ficar de alguma forma em desigualdade
perante todas as outras, contudo, não compete à Assembleia Municipal, é o órgão executivo que
tem de se pronunciar
Entende que, em todas as intervenções foi desejável que a Junta de Freguesia do Couço e
a Câmara Municipal façam um entendimento e que o Protocolo, consensualizado pelos dois ór-
gãos, seja presente numa próxima Sessão da Assembleia, porque numa negociação não ganham
todos e não perdem todos, que seja o melhor para a população
Relativamente ao Voto de Recomendação, afirmou que o assume como consensual, pelo
que não será colocado à votação, mas será enviado à Câmara Municipal
O Presidente da Câmara solicitou que a Assembleia vote este ponto, se assim o entender,
e que o aprove em minuta para ser possível transferir as verbas relativamente ao mês de Abril de
acordo com o Protocolo
Referiu que duas situações foram um pouco adulteradas, recordando que em Outubro
transmitiu a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia que no Plano Plurianual de Investimen-
tos e no Orçamento para dois mil e três da Câmara Municipal iria haver uma redução das verbas
a transferir para as Juntas de Freguesia entre quinze a vinte por cento e aquando da aprovação
dos respectivos documentos se observou tal situação, isto é, a soma dos Protocolos de cada uma
das Juntas de Freguesia é exactamente o que está inscrito na respectiva rubrica
Afirmou que a Câmara está disponível para analisar de novo o Protocolo com a Junta de
Freguesia do Couço, no entanto, é importante que se façam contas sérias, a redução das verbas é
de 14,8% e não de 22,35%. Entende que, descriminação em relação às outras Juntas de Fregue-
sia, era quando a Junta de Freguesia do Couço recebia dinheiro, desde mil novecentos e noventa
e oito, para higiene e limpeza e tinha quatro funcionários da Câmara destacados e que não eram
referidos no Protocolo, mas estavam ao serviço da Junta de Freguesia, no entanto, era a Câmara
que suportava as despesas
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor, dos Vogais do Par-
tido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Partido Social Democrata e uma abstenção do
Vogal Manuel Coelho da Coligação Democrática Unitária, autorizar a Câmara a celebrar os Pro-
tocolos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Biscaínho, Branca, Coru-
che, Erra, Fajarda, Santana do Mato e São José da Lamarosa
A presente deliberação foi aprovada em minuta



PONTO SEIS - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA
DE TERRENO NA ERRA:- Foi presente o ofício número quatro mil e cinquenta e dois de
onze de Abril de dois mil e três da Câmara Municipal de Coruche, anexando a proposta sobre o
assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de dezanove
de Fevereiro de dois mil e três, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução à proposta por parte do Presidente
da Câmara
O Presidente da Câmara informou que se trata de uma permuta de terrenos do domínio
público com um particular. A sugestão apresentada pelo proprietário do edifício a construir, é no
sentido de ceder terreno para o alargamento de uma Travessa e em contrapartida ocupar o terre-
no municipal, onde existe um pequeno canteiro de jardim, com a respectiva construção, o que vai
permitir outras possibilidades de circulação na Travessa e não resulta qualquer prejuízo para o
Município, seria de todo o interesse a Assembleia aprovar esta permuta de terrenos, a qual tem
parecer favorável da Junta de Freguesia da Erra
O Vogal Romualdo Boiça (Coligação Democrática Unitária) na qualidade de Presidente
da Junta de Freguesia da Erra, reforçou que esta proposta tem parecer favorável da Junta de Fre-
guesia, sendo consensual, porque estando o edifício existente em estado de degradação e uma
vez que o proprietário pretende efectuar uma nova construção, é possível a Travessa não conti-
nuar com estrangulamento na circulação dado que dá acesso a uma zona com muito fluxo de
trânsitotrânsito
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em epígrafe
A presente deliberação foi aprovada em minuta
A Presidente da Assembleia colocou à votação a suspensão dos trabalhos
A Assembleia deliberou, por unanimidade, suspender os trabalhos, designadamente os
Pontos Sete, Oito, Nove e Dez
A Presidente da Assembleia deu conhecimento que irá convocar uma reunião para o pró-
ximo dia nove de Maio, pelas vinte e uma horas, para continuação dos trabalhos
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Ortelinda Nunes, na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia do Couço, ape-
lou para um possível entendimento em relação à celebração do Protocolo de Delegação de Com-
petências com a Junta de Freguesia do Couço, porque a população não pode ser lesada
ENCERRAMENTO:- E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia deu por
encerrada a Sessão, à uma hora e dez minutos, do dia vinte e nove de Abril do presente, da qual
para constar, se lavrou a presente Acta, que eu, Isabel Maria Bernardina Ferreira, Segundo
Secretário, subscrevo:



A Segundo Secretário	
A Presidente da Assembleia Municipal	